



**Perspectivas e desafios da relação entre Brasil e Angola:
(re) definições da Cooperação Sul-Sul?¹**

*Perspectives and challenges of the relationship between Brazil and Angola:
(re) definitions of South-South Cooperation?*

Joyce Amâncio de Aquino Alves²

Marcelino Correia³

Resumo: A cooperação entre Brasil e Angola demarca as relações históricas e diplomáticas entre ambos os países e é estreitada a partir de 2003 durante o Governo Lula, que consolida uma abertura para a internacionalização de empresas em território angolano. O presente artigo objetiva discutir as perspectivas e desafios da relação entre Brasil e Angola a partir de duas perguntas principais: Quais os resultados obtidos pelo estreitamento das relações Brasil e Angola através da cooperação? Como as ações de Cooperação Brasil-Angola (re)definem a Cooperação Sul-Sul? Para tanto, utilizamos uma análise bibliográfica e uma análise sobre documentos e relatórios da Agência Brasileira de Cooperação e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil que apontam uma definição dentro da conceituação de Cooperação Sul-Sul mas também uma redefinição, que gera articulação dos países e convergências em foros multilaterais, contribuindo para a construção de um sistema mundial multipolar e mecanismos institucionais mais equilibrados.

Palavras-chaves: Angola; Brasil; Cooperação Sul-Sul.

1 Trabalho decorrente de pesquisa realizada através de um projeto com bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Instituição a que se vinculam os autores.

2 Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Pesquisadora e vice-líder do Grupo de Pesquisa Órbita (Observatório de Relações Internacionais).

3 Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Órbita (Observatório de Relações Internacionais).

Abstract: Cooperation between Brazil and Angola demarcates the historical and diplomatic relations between both countries and has been tightened since 2003 during the Lula government, which consolidates an opening for the internationalization of companies in Angolan territory. The present article aims to discuss the perspectives and challenges of the relationship between Brazil and Angola from two main questions: What are the results obtained by the strengthening of relations between Brazil and Angola through cooperation? How do Brazil-Angola Cooperation actions (re) define South-South Cooperation ?. To this end, we used a bibliographic analysis and an analysis of documents and reports from the Brazilian Cooperation Agency and the Ministry of Foreign Affairs of Brazil that point to a definition within the concept of South-South Cooperation but also a redefinition, which generates articulation of countries and convergences in multilateral forums, contributing to the construction of a multipolar global system and more balanced institutional mechanisms.

Keywords: Angola; Brazil; South-South Cooperation.

1. Introdução

A origem das relações entre Brasil e Angola remonta à época em que, então colônias portuguesas, vivenciavam uma relação marcada pelo tráfico de escravos entre os continentes africano e americano, assim como pelo fluxo de governadores portugueses que atuaram durante décadas nos dois lados do Atlântico⁴. Compreendemos

que as relações Brasil-Angola se constituem ao longo dos séculos e que a cooperação entre ambos se realiza desde o reconhecimento do governo ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Assim, partir de 1980 as relações entre os países retomam com mais fôlego e a "era Lula" abre, portanto, uma cooperação multidimensional com a África⁵. Nesse sentido, a partir do entendimento da conceituação de Cooperação Sul-Sul e de suas implicações, buscamos refletir sobre as relações entre Brasil e Angola na esfera Internacional, definindo as principais áreas de Cooperação entre ambos, bem como os ganhos e desafios para o contexto dos países, visando destacar como as ações dentro da discussão de Cooperação definem ou redefinem a compreensão de Cooperação Sul-Sul.

A expansão das conexões entre Brasil e Angola demonstram o potencial da Cooperação Sul-Sul, uma vez que as contradições internas dos países do eixo Sul interagem e que o Brasil afirmou e fortaleceu os seus interesses no continente africano, a partir de alguns países, como é o caso de Angola. Quais os resultados obtidos pelo estreitamento das relações Brasil e Angola através da cooperação? Como as ações de Cooperação Brasil-Angola (re)definem a Cooperação Sul-Sul? Para

4 PANTOJA, S. **O litoral angolano até as vésperas da independência do Brasil. Textos de História**, vol. 11, No 1/2, 2003.

5 VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia. D. **A política africana do governo Lula. Núcleo de Estratégia em Relações Internacionais/UFRGS**, 2009. Disponível em: < <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2020.

responder a estas questões utilizamos uma análise bibliográfica acerca do tema e uma análise sobre documentos e relatórios da Agência Brasileira de Cooperação e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil que nos revelam uma definição dentro da conceituação de Cooperação Sul-Sul, mas também uma redefinição a partir da articulação dos países, trazendo elementos de análise que são ferramentas essenciais para refletirmos sobre as possibilidades e dificuldades de uma cooperação sólida entre os países analisados.

O artigo está organizado em quatro seções: na primeira, discutimos a abordagem conceitual da Cooperação Sul-Sul, apontando sobre as dificuldades e complexidade; na segunda, tratamos sobre a relação Brasil e Angola na esfera internacional e as áreas de cooperação bilateral, demonstrando como as relações se entrelaçam politicamente e se fortalecem; na seção seguinte, refletimos mais especificamente sobre as áreas em que a Cooperação Brasil-Angola estão focalizadas, em seguida analisamos alguns desafios e resultados obtidos na Cooperação Internacional Brasil e Angola no contexto de ambos os países; e, por fim, na última seção desenvolvemos o questionamento acerca de como a relação de Cooperação Brasil-Angola: (re)definem a Cooperação Sul-Sul.

2. Abordagem conceitual da Cooperação Sul-Sul

De acordo com Abreu (2012) a Cooperação Sul-Sul (CSS)⁶ é um conceito complexo de definir, porquanto trata-se da aproximação de países, cultural, política, econômica e socialmente heterogênea, e, conseqüentemente. As ações exercidas na relação são passíveis de variação, dificultando a conceituação da CSS. Não obstante essa dificuldade, a autora propôs uma análise metodológica historiográfica como uma forma de direcionar estudos e convergir elementos basilares.

Dada a complexidade da conceituação da Cooperação Sul-Sul, partimos da definição do Manual da Gestão Técnica de Cooperação Sul-Sul, que destaca:

A cooperação técnica Sul-Sul é entendida como o intercâmbio horizontal de conhecimentos e experiências originados nos países em desenvolvimento cooperantes. A ideia é compartilhar lições aprendidas e práticas exitosas disponíveis no Brasil, geradas e testadas para o enfrentamento de desafios similares ao desenvolvimento sócioeconômico⁷.

6 ABREU, ALINE Fernandes Vasconcelos de. **A Cooperação Sul-Sul e a atual dinâmica da Ajuda Internacional para Desenvolvimento**. 1º Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Brasília, de 12 e 13 de julho de 2012.

7 BRASIL, Ministério das relações exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Manual da gestão da Cooperação técnica Sul-Sul**, 2013. Disponível em: http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Manual_SulSul_v4.pdf. Acesso em 16 de Julho de 2020.

O conceito da CSS é heterogêneo no seio dos teóricos, visto que alguns definem a prática a partir de um entendimento da localização geográfica dos atores que interagem⁸; já por outros, o entendimento sobre a CSS extrapola a dimensão geográfica, visto que é intercâmbio entre os países em desenvolvimento, marcada fortemente pela harmonia ideológica na esfera internacional. Entretanto, a autora defende que, encontrar um denominador comum entre os teóricos é fundamental para a compreensão de uma definição à CSS. Assim, a coesão encontrada pela autora assenta no fato de todos os autores conceberem a interação entre os países em desenvolvimento como elemento invariável.

O significado da cooperação Sul-Sul é controverso, tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista acadêmico. O seu objetivo, a periodização histórica do seu surgimento, a sua funcionalidade e os atores constitutivos são questões que se apresentam no debate. Mesmo assim é razoavelmente consensual a percepção que a noção de Sul não se restringe a uma posição geográfica ou hemisférica. O termo envolve a caracterização, a cooperação ou a relação entre países que têm desafios sociais, políticos e econômicos mais ou menos similares, além de trajetórias históricas de passados coloniais e de exploração⁹

A Cooperação Sul-Sul é uma modalidade de Cooperação Internacional estreitada entre os países em desenvolvimento, os quais, apesar de econômica, política, social e culturalmente heterogêneas, convergem-se ideologicamente e compartilham a mesma história (a da colonização)¹⁰. Na mesma linha de entendimento, há a abordagem trazida por Rodrigues e Gonçalves (2016), na qual a CSS é definida como modalidade de cooperação internacional para o desenvolvimento marcada pela interação ou intercâmbio entre os países em desenvolvimento que se caracteriza pela horizontalidade. Ou seja, na Cooperação Sul-Sul os países cooperam sem imposição/condicionalidade de uns em relação aos outros, procurando interagir, respeitando os princípios da soberania e de não-interferência, promovendo o intercâmbio de experiência econômico, cultural e tecnológico entre si, com o fito de superar os desafios acerca do desenvolvimento.

De fato, torna-se pertinente o olhar histórico para a compreender a CSS. Assim sendo, a sinergia Sul-Sul tem o seu marco inicial intrinsecamente ligado a dois contextos históricos

8 LEITE, Iara Costa: **Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos**. Rio de Janeiro, mar. 2012.

9 JÚNIOR, Haroldo Ramanzini e AYERBE, Luís Fernando. **Política Externa Brasileira: Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais**. In: Cultura Acadêmica. Rio de Janeiro, 2015.

10 ABDENUR, A. E; RAMPINI, J. M. **A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento com Angola e Moçambique: uma visão comparada**. In: Cultura Acadêmica, 2015.

paralelos: A Guerra Fria e a Colonização, os quais impulsionaram a realização, em 1955, de uma conferência entre um grupo de países asiáticos e africanos, denominada Conferência de Bandung.

Durante a conferência, os países posicionavam-se face a bipolaridade (a rivalidade ideológica entre o Capitalismo defendido pelos Estados Unidos da América – EUA, de um lado, e, do outro, o Socialismo propagado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS) em que se encontrava o Sistema Internacional, com isso emergiu o Movimento dos Não-Alinhados, o qual, além do desafio de afastar os países integrantes da disputa Capitalismo versus Socialismo, objetiva consolidar as recentes independências dos países asiáticos, concomitantemente, objetivou-se a descolonização do continente africano, defendendo acirradamente o princípio de autodeterminação dos povos plasmado na carta das Organizações das Nações Unidas – ONU, e enfatizado pelo Direito Internacional¹¹

A agenda Sul-Sul não só se limitava na equidistância dos países constituintes aos problemas relativos à Guerra Fria ou Colonialismo, como também reivindicava a pluralidade e democratização do Sistema Internacional política e economicamente excludente. A Cúpula de Bandung (1955) consubstancia efetivação, aos debates da ONU, temas sociais que, apesar de encontrarem na Carta da ONU, até então eram negligenciados ou colocados à margem das discussões.

Com aderência dos países latino-americanos e a conseqüente criação do G77, a iniciativa Sul-Sul encaminhou a um período de muito fervor. Trata-se de período em que a agenda dos países do "terceiro mundo" era fortemente debatida na ONU, sobretudo a exigência por uma Nova Ordem Econômica Internacional, propiciando assim, em 1964, o estabelecimento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD sigla em inglês).

Foi a partir deste período que se iniciou, no interior da ONU¹², a Cooperação Sul-Sul como conceito para definir a articulação multi e bilateral entre os países, até então rotulados de "terceiro mundo", os quais defendiam uma pauta comum nos foros internacionais. Todavia, a partir do início da década 1980¹³, o diálogo Sul-Sul enfraqueceu-se e o autor cita dois fatores importantes para explicar essa fase de desaceleração da CSS: primeiro – a crise advinda da queda do preço de petróleo, pois afetou drasticamente as economias internas dos países em desenvolvimento, em particular, aqueles de maiores influências na esfera sul-sul, limitando as suas capacidades financeiras de apoio às economias menos expressivas, fazendo com que esses priorizarem a relação com os países do Norte, como mecanismo de curto prazo a que possam obliterar a lastimável

11 MAZUOLLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. Ed. Revista dos Tribunais, 6ª edição, 2015.

12 PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. **O prelúdio da Cooperação Sul-Sul: da Conferência de Bandung à Conferência de Buono Aires (1955-1978)**. Porto Alegre, set. 2015.

13 ABREU, FJM. **A evolução da cooperação técnica internacional no Brasil** (The evolution of international technical cooperation in Brazil). Mural Internacional, V.4, N.2, Jul-Dez, 2013.

situação econômica. Com isso, comprometem-se a aceitar o Programa de Reestruturação advindo do Consenso de Washington que se assentava prioritariamente na abertura econômica desses países. O segundo fator diz respeito aos indícios do fim da Guerra Fria, alguns países, sobretudo os latino-americanos, ainda sob lideranças dos regimes militares, voltaram a dar primazia a relação com os Estados Unidos – dificultando assim a continuidade, eficaz, da agenda sul-sul.

O fim da década de 1990 é marcado pela retomada da aproximação entre os países do sul, essa retomada se deve ao “fortalecimento político e econômico dos países em desenvolvimento”¹⁴, equacionando, dessa forma, a articulação política nos foros multilaterais. E passou a ser recorrente, nos discursos políticos, a reafirmação concernente a harmonização entre os países do sul com vista a efetivação da agenda democratizante e inclusiva do Sistema Internacional.

A partir dos pressupostos acima descritos, concluímos que, a emergência da Cooperação Sul-Sul permitiu a diversificação das discussões dos foros internacionais, visto que, na altura, a ONU passou a contar com uma nova demanda, a qual desconecta-se da bipolaridade capitalismo versus socialismo, tendo em conta a inserção dos países do sul. Ademais, a CSS permitiu o deslocamento do papel para políticas efetivas do caráter normativo do sistema internacional. Isto é, um sistema internacional em que prevalecerá o respeito pela soberania entre os Estados e a obliteração do comportamento exclusivo do Sistema Internacional.

3. A relação Brasil e Angola na esfera internacional e as áreas de cooperação bilateral

Aproximação diplomática entre Brasil e Angola não só limita à dimensão bilateral, como se pode evidenciar em estudos voltados à diplomacia brasileira. A sinergia entre as autoridades de Brasília e de Luanda na esfera multilateral ganhou destaque nos finais da década 80 do século passado, com notáveis alinhamentos políticos nas discussões das Assembleias Gerais da Organizações das Nações – e, principalmente, pelo engajamento brasileira junto do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU, face ao conflito civil angolano pós-independência. Não obstante a proeminência nos fóruns da ONU, a interação entre os dois países é notável em outras organizações e/ou fóruns multilaterais como: a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP e Zona de Paz do Atlântico Sul – ZOPACAS.

O interesse da diplomacia brasileira em relação à Angola nas Nações Unidas é intimamente conectado ao passado histórico dos dois país, conforme aponta o Embaixador Gelson Fonseca Jr:

Brasil e Angola têm uma longa história de amizade e interacionamento. Nossos países compartilham a mesma língua e um legado cultural semelhante. Nossos

14 JÚNIOR, Haroldo Ramanzini e AYERBE, Luís Fernando. **Política Externa Brasileira: Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais**. In: Cultura Acadêmica. Rio de Janeiro, 2015.

governos têm um canal muito ativo e mutuamente benéfico de diálogo. É, portanto, natural que, para o Brasil, Angola seja um dos temas da agenda do Conselho de Segurança do mais alto nível de interesse e envolvimento¹⁵

Portanto, viu-se o engajamento do país sul-americano, ao buscar um assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, procurava, sistematicamente, dar proeminência à sua agenda o conflito civil angolano pós-independência, numa época em que ONU procurava erradicar os vestígios deixados pela Guerra Fria. Mesmo assim, o conflito angolano era um dos temas amplamente debatidos, culminando na aprovação de pelo menos onze resoluções pelo CS, de 1993 a 1994, visando pôr cobro a disputa entre o governo de MPLA e a oposição acirrada da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), resoluções todas apoiadas pela representação brasileira junto do órgão¹⁶.

Nos finais da década 1980, a ONU, por intermédio do Conselho de Segurança, instaurou a política de Missões de Manutenção da Paz, como forma de evitar o alastramento dos conflitos que se verificavam um pouco por todos os continentes, vistos por alguns teóricos como resultado decorrente da disputa ideológica entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No caso particular daqueles que se desenrolavam em África, a maioria emergiram em decorrência das disputas internas entre os grupos/movimentos que lideravam as respectivas lutas de libertação nacional, como era o caso de Angola, todavia, com algumas interferências indiretas das duas potências acima mencionadas¹⁷.

Foram instauradas, de 1990 a 2002, cinco missões de paz relativas ao conflito angolano, nomeadamente: Missões de Verificação das Nações Unidas para Angola I, II e III (UNAVEM I, UNAVEM II, UNAVEM III); Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA) e Missões das Nações Unidas em Angola (MNUA), a primeira foi estabelecida por meio A/RES/45/246/1990, as outras quatro foram através CSNU/Res 696/1991, 976/1995, 1118/1997 e 2002 respectivamente, cujo objetivo principal consistia em comedir o conflito no território angolano. O Brasil foi o país com maior número de soldados enviados às essas missões. Embora, na última, não houve exclusão de contingente militares “uma vez que se tratava de uma missão exclusiva dos funcionários da ONU. No total, Brasília contribui com 5.500 homens, incluído militares, policiais, médicos e engenheiros. Trata-se do maior contingente já enviado pelo Brasil à

15 FONSECA JR, Gelson. **Angola**. In: Brasil no Conselho de Segurança, 2019. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/152Brasil_no_Conselho_de_Seguranca_da_ONU_O.pdf. Acesso: 17/07/2020.

16 RIZZI, Kamilla Raquel. **Cooperação Brasil-Angola no Pós-Guerra-Fria: os condicionantes internos e via multilateral**. Porto Alegre, ago. 2005

17 MINTER, William: **Os Contra do Apartheid: As Raízes da Guerra em Moçambique e Angola**. Johannesburg, jan. 1994.

missão de paz num país¹⁸.

Nesse sentido, além dos aspetos acima postos, os quais evidenciam a anunciada cordialidade internacional entre Brasil e Angola, a convergência nas votações em Assembleias Gerais das Nações Unidas revela claramente como os dois países tem construído uma harmonia nos fóruns multilaterais (RODRIGUES e GONÇALVES, 2016).

O esforço da diplomacia empreendida pelo Brasil, nos finais da década 1980 a 1990, na esfera internacional, sobretudo junto ao Conselho de Segurança da ONU, é perceptível sob quatro perspectivas¹⁹: a) trata-se de uma “(...) tentativa de desviar aquele país do violento processo de marginalização internacional que ele vem sofrendo desde a descolonização”; b) a aproximação e a busca pela maior convergência dos países do Sul-Global nos foros internacionais; c) uma estratégia político-diplomática da Brasília para a consolidação da sua política externa independente, almejando um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU²⁰; d) “(...) há interesse em aumentar a capacidade de influência e diminuir a vulnerabilidade no âmbito externo”²¹, portanto é fundamental articular com os países em desenvolvimento, os africanos em particular, que mobilizam-se para que esse objetivo seja alcançado.

Relativamente a ZOPACAS, o *status* de liderança assumido pelo Brasil em relação ao adensamento de uma identidade própria para o Atlântico Sul, cujo objetivo primário se enraíza no estabelecimento de uma zona pacífica e livre das armas nucleares²², impôs ao país a responsabilidade de criar uma dinâmica a que todos os outros países constituintes se articulem na afirmação de tal objetivo. No entanto, Angola a par de outros países africanos, geograficamente situados nas costas litorais, têm sido parceiros de suma importância para a geopolítica militar brasileira²³ tanto que, em 2007, a capital angolana (Luanda) acolheu a reunião ministerial da ZOPACAS.

No que concerne a cordialidade na CPLP, importa ressaltar que o organismo foi instituída em 17 de junho de 1996, tendo sete países como membros fundadores (Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe), com a independência do Timor-Leste

18 RIZZI, Kamilla Raquel. **Cooperação Brasil-Angola no Pós-Guerra-Fria: os condicionantes internos e via multilateral**. Porto Alegre, ago. 2005.

19 RIZZI, Kamilla Raquel. 2014. **O Grande Brasil e os Pequenos Palop: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe**. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica, 2014.

20 RODRIGUES, Pietro Carlos de Souza. GONÇALVES, Sonia Delindro. **Política Externa e investimentos brasileiros em Angola**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.5, n.9, Jan./Jun. 2016, p.249-273

21 JÚNIOR, Haroldo Ramanzini e AYERBE, Luís Fernando. **Política Externa Brasileira: Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais**. In: Cultura Acadêmica. Rio de Janeiro, 2015.

22 ABDENUR, A. E; RAMPINI, J. M. **A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento com Angola e Moçambique: uma visão comparada**. In: Cultura Acadêmica, 2015.

23 ROCHA, André Santos. **Cartografia e geopolítica das relações sul-sul: sobre a cooperação técnica Brasil-África**. Confins: Revista franco-brasileira de geografia, número 39, 2019.

em 2002 e, posteriormente com admissão da integração da Guiné Equatorial, em 2014, a organização passou a contar com 9 membros. A criação da organização tinha como base impulsionador, a promoção e difusão da língua portuguesa, através do intercâmbio cultural entre os países membros. Todavia, com a necessidade de ampliação das áreas de intercepção e de adotar o organismo de novos instrumentos face a dinâmica internacional, estabelece-se, no artigo 3º do seu estatuto:

A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos foro internacional; b) a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social²⁴

Assim, a Cooperação Técnica entre os estados-membros da organização passou a ser um componente de extrema importância para a estratégia de fortalecimento das relações no seio dos países constituintes da CPLP. O Brasil, tem tido um saliente papel nessa empreitada, pois o Ministério das Relações Exteriores brasileira (Itamaraty), através da Agência Brasileira de Cooperação passou a ser a instituição vocacionada para a implementação dos projetos desenhados pelas autoridades brasileiras destinados aos parceiros da CPLP. Dentre os congêneres, Angola configura-se como o principal beneficiário das políticas de Cooperação Técnica, fato que constituiu motivos de críticas por alguns analistas e que constitui um elemento de análise na nossa abordagem.

4. As áreas de Cooperação Brasil-Angola

Brasil e Angola têm estreitado diversos acordos de cooperação em diferentes setores chaves para o desenvolvimento do país africano. O marco histórico de assinatura do acordo entre os dois países data de junho de 1980, com assinatura do acordo de cooperação econômica, no setor científico e na área técnica²⁵. As principais áreas de projetos de cooperação técnica entre Brasil e Angola²⁶ dão-se nas áreas de saúde, educação e agricultura, tomando por base os relatórios de gestão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) produzidos de 2000 a 2014, e também se estendem à administração pública, esportes, meio ambiente e formação profissional.

24 Estatuto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), 2005. Disponível em: https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf. Acesso em 10 de Agosto de 2020.

25 JÚNIOR, Haroldo Ramanzini e AYERBE, Luís Fernando. **Política Externa Brasileira: Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais**. In: Cultura Acadêmica. Rio de Janeiro, 2015.

26 ROCHA, André Santos. **Cartografia e geopolítica das relações sul-sul: sobre a cooperação técnica Brasil-África**. Confins: Revista franco-brasileira de geografia, número 39, 2019.

No setor de saúde o governo brasileiro, através da ABC, financia o Instituto Nacional de Saúde de Angola e a formação dos pesquisadores e docentes em temas de saúde, com o apoio dado pelo Brasil o fortalecimento da escola de saúde pública angolana. Ademais, em 2014 os dois países assinaram um acordo que permite a execução de um projeto voltado ao controle e à prevenção da malária²⁷. Salienta-se que todos esses projetos destacados anteriormente foram/são executados pela Fiocruz.

Na formação profissional, grande parte dos projetos são executados pelas entidades da sociedade civil. Por exemplo, o Serviço Nacional de aprendizagem (SENAI) em colaboração com o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional de Angola (Inefop) inaugurou, em 1999, o Centro de Formação Profissional Brasil-Angola (Centro de Formação Profissional do Cazenga) que tem capacidade para formar 1.500 docentes anualmente, e conta com um corpo docente de 30 profissionais, boa parte formados no Brasil. O projeto de formação profissional visa a modernização do funcionalismo público em Angola e a demanda do setor privado e as próprias empresas brasileiras que atuam em Angola, visto que cada vez demandam a mão-de-obra profissional na execução dos seus trabalhos.

Na cultura, o Brasil inaugurou, na capital angolana, um Centro Cultural (Casa da Cultura Brasil-Angola) em 2003, e doou 1.419 livros para a biblioteca do país africano. Nesse aspecto também, a “Universidade Federal da Bahia (UFBA) coopera com o Ministério da Cultura angolana na capacitação dos técnicos” com vista a “recuperação do acervo audiovisual angolano”²⁸. Em agricultura, o Brasil está implementando dois projetos, o primeiro visa a “reorganização, fortalecimento institucional e inovação metodológica da extensão rural”; o segundo é executado objetivando o “fortalecimento institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola” (ABC, 2005). No meio ambiente, o projeto destina-se à capacitação de técnicos angolanos que vão atuar como agentes multiplicadores na educação ambiental. Um outro setor de atuação brasileira em Angola é o projeto “Inserção Social para a Prática Esportiva” a partir do qual objetiva-se, segundo ABC, a instalação de uma fábrica de materiais esportivos.

5. Desafios e resultados obtidos na Cooperação Internacional Brasil e Angola no contexto de ambos os países

A cooperação Brasil-Angola apresenta alguns desafios e resultados que foram nosso foco de análise. Angola se tornou o principal destino de investimentos brasileiros no continente africano e

27 JÚNIOR, Haroldo Ramanzini e AYERBE, Luís Fernando. **Política Externa Brasileira: Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais**. In: Cultura Acadêmica. Rio de Janeiro, 2015.

28 Idem.

segundo os autores, as principais iniciativas foram as estratégias de internacionalização de empresas brasileiras em Angola, diretamente relacionadas com os movimentos da política externa brasileira²⁹.

Desse modo, a partir destes investimentos, tivemos a expansão de empresas brasileiras e o caso de Angola ilustra a relação entre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), as políticas de internacionalização de empresas e os interesses ideológicos de uma política externa autonomista³⁰.

Para melhor entendermos sobre os resultados da Cooperação entre Brasil e Angola, há a compreensão de que a política externa brasileira caminhou, em determinado período [2003-2010] e com certa continuidade entre [2011-2016] em torno da cooperação entre países do Sul Global (indicado pela condição de periferia e/ou semiperiferia, ou mesmo emergente no sistema mundial) ou como uma geopolítica Meridionalista³¹.

No campo dos resultados, apontam que as empresas de construção em Angola, por razão da existência da conta petróleo, têm sido beneficiadas pelas relações entre o governo do país e o governo brasileiro³². No que tange aos projetos de cooperação técnica, constata-se que a cooperação técnica entre Brasil e os PALOP's (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), receberam aproximadamente 53,57% do total da cooperação técnica mencionada³³. Em números absolutos, equivale a 210 projetos e ações, sendo distribuídos respectivamente Moçambique (58), São Tomé e Príncipe (42), Cabo Verde (40), Angola (35) e Guiné-Bissau (35), destacando que nos PALOPS estão o maior número de projetos, e que estes são relacionados a área de educação, com exceção de Moçambique em que a cooperação em saúde obteve maior quantitativo. Na análise do autor, os países do PALOPs são os principais parceiros, mas há um aumento destes projetos para os demais espaços:

As relações entre o Brasil e Angola, durante a década de 2000, tiveram uma retomada do intercâmbio comercial. Se, no ano de 2003, a participação das exportações brasileiras para Angola era de 0,32% no total do comércio exterior brasileiro (num total de US\$ 235.469.291), em 2014 a participação angolana subiu para 0,56% (num total de US\$ 1.261.718.733), numa variação de aproximadamente 534% em 12 anos (MDIC, 2015, s/p) – 2008 foi o ano mais significativo em termos

29 RODRIGUES, Pietro Carlos de Souza. GONÇALVES, Sonia Delindro. **Política Externa e investimentos brasileiros em Angola**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.5, n.9, Jan./Jun. 2016, p.249-273

30 SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico : relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI** / José Flávio Sombra Saraiva. - Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2012; MILANI Carlos R. S., e Tassia C. O. Carvalho. 2013. **“Cooperação Sul-Sul E Política Externa: Brasil E China No Continente Africano.”** Estudos Internacionais 1 (1): 11–35.

31 SILVESTRE, Edu. **A teoria geopolítica meridionalista de André Martin** . *Revista de Geopolítica*, v. 5, nº 2, p. 5-18, jul./dez. 2014.

32 RODRIGUES, Pietro Carlos de Souza. GONÇALVES, Sonia Delindro. **Política Externa e investimentos brasileiros em Angola**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.5, n.9, Jan./Jun. 2016, p.249-273.

33 ROCHA, André Santos. **Cartografia e geopolítica das relações sul-sul: sobre a cooperação técnica Brasil-África**. Confins: Revista franco-brasileira de geografia, número 39, 2019.

comerciais: Angola obteve o índice de 1% do total das exportações brasileiras, atingindo mais de US\$ 2.000.000.000). Os produtos derivados de carnes (suína, de frango e bovina) e açúcar refinado foram os principais produtos brasileiros exportados para Angola, destacando-se ainda máquinas mecânicas, aviões e automóveis (e suas peças)³⁴.

Observamos também a existência das críticas que condicionam as iniciativas de aproximação entre os países, principalmente pelo papel de abertura de mercado. Há diversas críticas sobre os ganhos de Angola em relação à presença das empresas brasileiras no país, visto que o alcance do desenvolvimento para as camadas populares da sociedade angolana são questionáveis³⁵.

Não se pode deixar de lembrar as críticas concernentes as contradições da diplomacia africana nos períodos de 2003-2010 (pensando os governos Lula) no que concerne a escassez de pessoal técnico para atuação diplomática, os recursos financeiros empregados, bem como as contradições internas dos moldes Sul-Sul³⁶.

Não obstante, entre resultados e desafios vê-se que Angola é o país que mais recebe investimentos privados brasileiros, os quais se concentram nas áreas de energia, mineração e construção civil (especialmente obras de infraestrutura)³⁷. Entre as parcerias, no período de 2006 a 2010, empresas brasileiras em Angola receberam US\$ 3,2 bilhões em linhas de crédito do BNDES, para um total de 65 empreendimentos. Desse total, 49% dos projetos foram ou são executados pela Odebrecht, 18% pela Andrade Gutierrez, 14% pela Queiroz Galvão e 9% pela Camargo Corrêa, mostrando que a Odebrecht é, de longe, o maior ator³⁸.

As empresas brasileiras ganham espaço em Angola e tornam-se uma presença estratégica para o Brasil. Para o contexto de ambos os países, os resultados se traduzem no âmbito privado e Angola torna-se um “importante laboratório de Cooperação Sul-Sul, em meio ao incremento do comércio bilateral”³⁹. Desse modo, é importante refletirmos sobre como a Cooperação Sul-Sul é

34 MOROSINI, Fábio Costa; BADIN, Michelle Rattton Sanchez. **A nova diplomacia econômica das relações Brasil-Angola: desvendando os seus instrumentos políticos, jurídicos e econômicos** / organização Fabio Costa Morosini e Michelle Rattton Sanchez Badin. – 1. ed. – Brasília: IBDC; Grupo de Pesquisa C&DI, 2017.

35 RIDDERBUSCH, Jolie. **Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e a África subsaariana: A política externa brasileira em Angola e Moçambique**. Dissertação de mestrado. Estudos latino-americanos, Políticas Públicas. Universidade de Leiden, Leiden. 68p. 2018.

36 ROCHA, André Santos. **Cartografia e geopolítica das relações sul-sul: sobre a cooperação técnica Brasil-África**. Confins: Revista franco-brasileira de geografia, número 39, 2019.

37 GARCIA, A. Saggiore, KATO, K. & FONTES C. **A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique**. Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) 2012. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2013/03/Relatorio-Africa.pdf>. Acesso em 30 de Julho de 2020.

38 DOS SANTOS, C. **Ambivalências e tensões de um Brasil ‘in-between’: A narrativa da cooperação brasileira em Angola** (dissertação de mestrado). Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

39 VISENTINI, Paulo G. Fagundes, e André Luiz Reis Da Silva. **“Brazil and the Economic, Political, and Environmental Multilateralism: The Lula Years (2003-2010).”** Revista Brasileira de Política Internacional 53: 54– 74, 2010.

operacionalizada e direcionada nas práticas entre Brasil e Angola.

Apesar de todas as críticas, também há experiências positivas entre a população angolana quanto à atuação da Odebrecht, por exemplo, com os investimentos que a empresa faz em responsabilidade social empresarial e qualificação profissional. Isso fez com que agora também haja funcionários angolanos em altos cargos, como diretorias e gerências, assim tendo uma voz decisória também. E também é afirmado que, com essa atuação, Angola conseguiu levantar-se, de certa forma, depois da guerra civil ⁴⁰.

Nesse sentido, a partir das experiências positivas apontadas podemos discutir como a Cooperação Brasil-Angola tem se (re) definido neste novo contexto e quais os elementos que envolvem esse processo.

6. A Cooperação Brasil-Angola: (re)definições da Cooperação Sul-Sul?

Como observamos no início deste artigo, na Cooperação Sul-Sul existe a ideia de que o desenvolvimento pode ser atingido pelas nações em desenvolvimento entre si, através de cooperação e interesses mútuos em uma nova ordem mundial⁴¹. Nesse sentido, como as ações de cooperação entre Brasil e Angola (re)definem a Cooperação Sul-Sul? Observa-se que as relações históricas e diplomáticas entre ambos os países se modificaram com o tempo e delineiam-se a partir das transformações conjunturais.

Nesse sentido, as ações de Cooperação entre Brasil e Angola estão contempladas pela definição, uma vez que há compartilhamento de experiências comuns e desafios mútuos, pois Angola torna-se um dos principais parceiros comerciais do Brasil no continente africano e conforme mencionamos anteriormente, surgem iniciativas de estratégias da internacionalização de empresas brasileiras, trazendo efeitos econômicos para ambos.

Há também a perspectiva de que a Cooperação Sul-Sul incorre em contradições e reproduz práticas já contidas na Cooperação Norte-Sul, pois essas contradições também devem ser apresentadas e podemos refletir sobre as práticas entre Angola e Brasil⁴², tratando-se de aproximações econômicas entre países que são guiados por interesses específicos e se a partir disto, reproduzem velhos comportamentos e anseios da relação Norte-Sul.

40 GARCIA, A. Saggiaro, KATO, K. & FONTES C. **A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique.** Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) 2012. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2013/03/Relatorio-Africa.pdf>. Acesso em 30 de Julho de 2020.

41 GRAY, K. & GILLS, B.K. **South-South cooperation and the rise of the Global South.** *Third World Quarterly*, 37(4), 557-574, 2016 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2015.1128817>. Acesso em 10 de Junho de 2020.

42 ROCHA, André Santos. **Cartografia e geopolítica das relações sul-sul: sobre a cooperação técnica Brasil-África.** *Confins: Revista franco-brasileira de geografia*, número 39, 2019.

Essa discussão não é exclusiva da Cooperação Brasil e Angola, mas de todas as ações de política externa do Brasil para a África, sendo importante enfatizar que em nossa análise, identificamos que há elementos que constata a definição do que conhecemos por Cooperação Sul-Sul, mas há elementos também que caminham para uma redefinição dessa conceituação, pois as motivações da cooperação sul-sul são similares às oferecidas por países da OCDE, isto é, pode ser compreendida como um instrumento político-diplomático e, ao mesmo tempo, de promoção de interesses econômicos⁴³. Nesse sentido, surgem interpretações que dialogam com outras práticas entre os países, e redimensionam os conceitos principais das teorias das relações internacionais como poder, soberania, e sobrevivência, por exemplo.

Nota-se que ao passo que as ações entre Brasil e Angola se enquadram nos pressupostos da Cooperação Sul-Sul, não é tarefa simples romper com as conceituações, pois as ações dos Estados sempre estarão camufladas pelos seus interesses. As redefinições são interessantes para percebermos o alinhamento teórico e prático destas ações, bem como as suas continuidades, ressaltando que “ o incremento dos fluxos privados com o continente africano, sobretudo a internacionalização de empresas (mas também o comércio) geraram laços que demandam a manutenção da proximidade no âmbito político-governamental”⁴⁴. Logo, compreendemos que a promoção da Cooperação Sul-Sul também é permeada de desafios e é parte essencial das estratégias diplomáticas dos países envolvidos.

No caso de Brasil e Angola, em alguns setores como infraestrutura, saúde, educação e agricultura, é inegável o avanço em diálogos e iniciativas que concretizam resultados. Assim, correspondem aos ideais da Cooperação Sul-Sul e fomentam as discussões da Cooperação do Brasil com o continente africano, expandindo a noção de fortalecimento e desenvolvimento dos países através da cooperação.

A cooperação Sul-Sul entre Brasil e Angola se destacam durante o Governo Lula e denotam as relações entre setores públicos e privados, algo que trouxe um alinhamento do comportamento no interior de instituições como a Organização das Nações Unidas:

O comportamento de Angola e Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas e o número de projetos de cooperação firmados entre os países, permitem o argumento dos benefícios econômicos das empresas brasileiras associados ao alinhamento político internacional⁴⁵.

43 MELLO E SOUZA, A. . Saúde Pública, **Patentes e Atores Não Estatais: A Política Externa do Brasil ante a Epidemia de AIDS**. In: Leticia Pinheiro; Carlos R. S. Milani. (Org.). Política Externa Brasileira: As Práticas da Política e a Política das Práticas. 1ed.Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2012, v. 1, p. 203-240.

44 RIZZI, Kamilla Raquel. 2014. **O Grande Brasil e os Pequenos Palop: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe**. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica, 2014.

45 RODRIGUES, Pietro Carlos de Souza. GONÇALVES, Sonia Delindro. **Política Externa e investimentos brasileiros em Angola**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.5, n.9, Jan./Jun. 2016, p.249-273

Portanto, os movimentos dos Estados pelo fortalecimento do Sul Global correspondem na prática, por esforços que estão estabelecidos em ações como as de Cooperação, induzindo relações em torno do desenvolvimento. Brasil e Angola espelham o caso que expressa como a África torna-se um campo de investimentos não apenas do Brasil, mas também da China na virada do século. Nesse sentido, corroboramos com o argumento de definição e também de redefinição da Cooperação Sul-Sul a partir das relações entre Brasil e Angola, considerando que a análise destes processos de desenvolvimento, se são discursos políticos (diplomacia de prestígio), interesse econômico (“imperialismo soft”), a longo prazo, poderão ser melhor analisados, mas parecem cumprir uma parceria relevante no âmbito da Cooperação, com potencial em várias áreas, uma vez que o Brasil tem demonstrado interesse crescente em apoiar e participar do desenvolvimento africano, porém misturando-se entre dimensões privadas e públicas, mas que inevitavelmente criam laços políticos e culturais profundos entre os dois países.

7. Considerações finais

As relações Brasil-Angola dentro do aspecto da Cooperação Sul-Sul refletem-se através das ações em várias áreas e com diversas demandas, podendo ser interpretadas de forma política-diplomática ou comercial-financeira, e tornam Angola uma parceria bastante estratégica para o Brasil em todo o continente africano. A presença de empresas brasileiras de construção civil converge com a conjuntura interna de Angola e favoreceu acordos de ganhos mútuos entre os países.

O papel ativo da diplomacia brasileira é fundamental para a consolidação e estreitamento das relações com Angola. Como observou-se, há um aumento das prioridades do Brasil no continente africano sobretudo pelo comércio do petróleo, mas desenvolvendo projetos de cooperação de similitude aos desafios dos países parceiros como é o caso de Angola.

Em nossa pesquisa, consideramos que a crescente parceria entre Brasil e Angola definem e redefinem a Cooperação Sul-Sul por tratar de aspectos peculiares no âmbito das necessidades dos países do Sul Global e ao mesmo tempo, gerarem frutos em diversas e distintas áreas como: saúde, educação, agricultura, cultura e economia, dando respaldo para entender que a Cooperação Sul-Sul se desenvolve em diversas modalidades, tanto em setor público quanto privado. Denotamos também a dimensão política da Cooperação Sul-Sul, representada pela articulação dos países e convergências em foros multilaterais, contribuindo para a construção de um sistema mundial multipolar e mecanismos institucionais mais equilibrados.

Por fim, a Cooperação Sul-Sul operacionalizada nas práticas entre Brasil e Angola se

redefinem dentro de um campo de vantagens por apontar caminhos para os países do Sul, que possuem problemas semelhantes, mas exercem as suas influências, representando papéis relevantes no Sistema Internacional. Salientamos que, as relações Brasil e Angola infelizmente não tem tido foco privilegiado desde o fim do Governo Lula, o que simboliza outros desafios que não evidenciamos neste trabalho, porém, permanecem os diálogos entre os países, ainda que numa conjuntura menos favorável e apontam para caminhos que desenham no presente para análises posteriores.

Referências Bibliográficas

ABDENUR, A. E; RAMPINI, J. M. **A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento com Angola e Moçambique: uma visão comparada.** In: Cultura Acadêmica, 2015.

ABREU, ALINE Fernandes Vasconcelos de. **a Cooperação Sul-Sul e a atual dinâmica da Ajuda Internacional para Desenvolvimento.** 1º Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Brasília, de 12 e 13 de julho de 2012.

ABREU, FJM. **A evolução da cooperação técnica internacional no Brasil** (The evolution of international technical cooperation in Brazil). Mural Internacional, V.4, N.2, Jul-Dez, 2013.

BRASIL, Ministério das relações exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Manual da gestão da Cooperação técnica Sul-Sul,** 2013. Disponível em: http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Manual_SulSul_v4.pdf. Acesso em 16 de Julho de 2020.

DOS SANTOS, C. **Ambivalências e tensões de um Brasil ‘in-between’:** A narrativa da cooperação brasileira em Angola (dissertação de mestrado). Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ESTATUTO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP), 2005. Disponível em: https://www.cplp.org/Files/Files/Documentos/%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf. Acesso em 10 de Agosto de 2020.

FONSECA JR, Gelson. **Angola.** In: Brasil no Conselho de Segurança. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/152Brasil_no_Conselho_de_Seguranca_da_ONU_O.pdf. Acesso: 17/07/2020.

GARCIA, A. Saggiaro, KATO, K. & FONTES C. **A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique.** Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) 2012. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2013/03/Relatorio-Africa.pdf>, Acesso em 30 de Julho de 2020.

GRAY, K. & GILLS, B.K. (2016) **South–South cooperation and the rise of the Global South.** *Third World Quarterly*, 37(4), 557-574. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2015.1128817>. Acesso em 10 de Junho de 2020.

JÚNIOR, Haroldo Ramanzini e AYERBE, Luís Fernando. **Política Externa Brasileira: Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais.** In: Cultura Acadêmica. Rio de Janeiro, 2015.

LEITE, Iara Costa: **Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos**. Rio de Janeiro, mar. 2012.

MELLO E SOUZA, A. . **Saúde Pública, Patentes e Atores Não Estatais: A Política Externa do Brasil ante a Epidemia de AIDS**. In: Leticia Pinheiro; Carlos R. S. Milani. (Org.). *Política Externa Brasileira: As Práticas da Política e a Política das Práticas*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2012, v. 1, p. 203-240.

MILANI, Carlos R S. 2012. “**Aprendendo Com a História: Críticas À Experiência Da Cooperação Norte-Sul E Atuais Desafios À Cooperação Sul-Sul.**” *Caderno CRH* 25 (65): 211–31. doi:10.1590/S0103- 49792012000200003.

MILANI, Carlos R. S., e Tassia C. O. Carvalho. 2013. “**Cooperação Sul-Sul E Política Externa: Brasil E China No Continente Africano.**” *Estudos Internacionais* 1 (1): 11–35.

MINTER, William: **Os Contra do Apartheid: As Raízes da Guerra em Moçambique e Angola**. Johannesburg, jan. 1994.

MOROSINI, Fábio Costa; BADIN, Michelle Raton Sanchez. **A nova diplomacia econômica das relações Brasil-Angola: desvendando os seus instrumentos políticos, jurídicos e econômicos / organização Fabio Costa Morosini e Michelle Raton Sanchez Badin**. – 1. ed. – Brasília: IBDC; Grupo de Pesquisa C&DI, 2017.

PANTOJA, S. (2003) **O litoral angolano até as vésperas da independência do Brasil**. *Textos de História*, vol. 11, No 1/2.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. **O prelúdio da Cooperação Sul-Sul: da Conferência de Bandung à Conferência de Bueno Aires (1955-1978)**. Porto Alegre, set. 2015.

RIDDERBUSCH, Jolie. **Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e a África subsaariana: A política externa brasileira em Angola e Moçambique**. Dissertação de mestrado. Estudos latino-americanos, Políticas Públicas. Universidade de Leiden, Leiden. 68p. 2018.

RIZZI, Kamilla Raquel. **Cooperação Brasil-Angola no Pós-Guerra-Fria: os condicionantes internos e via multilateral**. Porto Alegre, ago. 2005.

RIZZI, Kamilla Raquel. 2014. **O Grande Brasil e os Pequenos Palop: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe**. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica, 2014.

ROCHA, André Santos. **Cartografia e geopolítica das relações sul-sul: sobre a cooperação técnica Brasil-África**. *Confins: Revista franco-brasileira de geografia*, número 39, 2019.

RODRIGUES, Pietro Carlos de Souza. GONÇALVES, Sonia Delindro. **Política Externa e investimentos brasileiros em Angola**. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.5, n.9, Jan./Jun. 2016, p.249-273

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico : relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI / José Flávio Sombra Saraiva**. - Belo Horizonte, MG :

Fino Traço, 2012.

SILVESTRE, Edu. **A teoria geopolítica meridionalista de André Martin** . *Revista de Geopolítica*, v. 5, nº 2, p. 5-18, jul./dez. 2014.

VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia. D. **A política africana do governo Lula**. Núcleo de Estratégia em Relações Internacionais/UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2020.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. “**África E as Potências Emergentes: O Sul E a Cooperação Profana.**” *Austral: Revista Brasileira de Estratégia E Relações Internacionais* 3 (5): 41–68, 2014.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes, e André Luiz Reis Da Silva. 2010. “**Brazil and the Economic, Political, and Environmental Multilateralism: The Lula Years (2003-2010).**” *Revista Brasileira de Política Internacional* 53: 54– 74.